



Tese política da Diretoria do Sindipetro-RS

Conjuntura Internacional

O setor petróleo é fortemente impactado pelas ações geopolíticas dos diversos atores internacionais. E por óbvio isto afeta as condições de trabalho da nossa categoria, por isso a importância de estarmos conscientes das mudanças que ocorrem no mundo.

Este ano tivemos notícias complicadas para classe trabalhadora: A vitória e a posse de Trump como presidente dos EUA com o apoio das principais empresas de tecnologia e seus ataques aos direitos humanos e sociais, o crescimento da extrema direita na Europa nas eleições, a continuidade da guerra Rússia versus Ucrânia e o do genocídio palestino em Gaza.

Todos esses fatores trazem instabilidade ao sistema normativo e legal internacional construído após a II Guerra Mundial e representado pela ONU. A tentativa de impor a lei do mais forte pelos EUA já encontra reações ainda tímidas dos outros países, mas é uma preocupação ser observada e combatida.

Por outro lado, o sistema BRICS vem se fortalecendo e tenta mostrar uma alternativa ao caos proposto. Ainda está muito focado em questões comerciais, mas caminha lentamente para construir uma nova ordem mundial. Nesse aspecto a classe trabalhadora e suas representações sindicais tem a necessidade de que os acordos feitos no seu âmbito não sacrifiquem direitos conquistados.

Conjuntura Nacional

No Brasil, temos a continuidade das dificuldades do governo popular do governo Lula com o Legislativo federal. As duas casas são controladas pela direita e tem expressiva representação da extrema-direita. A constante tensão das pautas bomba e emendas impositivas secretas acabam freando as iniciativas do governo federal. Mesmo assim, o país cresce com o desemprego baixo levando uma distribuição de renda maior entre a população.

Tentando mudar nessa correlação de forças, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo que congregam movimentos e sindicatos de todo o país estão organizando um Plebiscito Popular para consultar a população sobre 3 assuntos redução da jornada sem redução de salário, a isenção até 5 mil reais no IR e a taxaço dos super-ricos do país que hoje pagam proporcionalmente menos impostos que a maioria da população. A primeira rodada de coleta

de votos ocorre em julho, do dia 04 ao dia 06.

O Brasil sediará a conferência do Clima nesse ano. No mundo, a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa é a matriz energética, ainda predominante fóssil, deste modo, a transição energética tem ganhado cada vez mais relevância e pressiona os países. Entretanto, essa pressão não leva em consideração as realidades dos países, como o Brasil, no qual 75% das emissões de gases de efeito estufa vem da mudança no uso da terra, como o desmatamento e do agro. Deste modo, a pressão sobre os países periféricos para uma transição energética desorganizada apenas desnuda o desejo capitalista de transformar essa agenda em nova fronteira de acumulação de capital. Por isso, o mundo do trabalho está completamente fora dessa discussão. Para a acumulação de capital o desejável é que os empregos “verdes” sejam mais precários. O movimento sindical internacional tem enviado esforços para romper essa barreira e tentar colocar o trabalho no centro do debate da transição

Conjuntura Estadual

Ainda estamos sofrendo os impactos do evento climático que varreu boa parte do estado em maio do ano passado. Muitas pessoas ainda não têm suas casas definitivas ou nem condições de reformar a que foram afetadas pela inundação.

Muito importante foi a iniciativa dos sindicatos e movimentos populares em organizar forma de apoio. Nosso sindicato foi exemplar ao sediar uma cozinha solidária que chegou a fazer 1200 marmitas por dia no pico da crise que se instalou em Canoas. Mas as doações de alimentos, móveis e eletrodomésticos ainda continuam na ordem do dia.

O RS, apesar disso, teve um crescimento econômico além da média do país, impulsionado pelos mais de 100 bilhões que o governo Lula mandou para o estado. Reconstrução de estradas federais, o pagamento de 1500 reais para os atingidos, a aceleração da compra assistida de imóveis etc. são só alguns exemplos da resposta rápida do governo federal. Infelizmente a aplicação dessas políticas foi dificultada no âmbito estadual e municipal seja pela oposição política de alguns prefeitos, seja pela ineficiência na resposta do governo estadual.



Setor Petróleo e Petrobrás

Este ano tivemos a mudança da Presidência da Petrobrás que por um lado acelerou os investimentos da empresa, mas por outro ainda mantém a distribuição elevada de dividendos. O debate estratégico do setor envolve a exploração da margem equatorial onde se entende que tem melhores perspectivas de ampliar as jazidas do país em médio prazo e a transição energética dos combustíveis fósseis para energias mais limpas.

Não há como falar no futuro da indústria do petróleo sem discutir a transição energética. As decisões estão sendo tomadas agora, por isso é imperiosa a necessidade da Petrobrás investir mais em transição energética, bem como, ter um plano de transição energética. Mas para garantir que essa transição desenvolva o país, desenvolva as regiões, é preciso que seja verdadeiramente justa, com participação dos trabalhadores e da sociedade na elaboração e acompanhamento desse plano.

Considerando o motivo da transição energética, ela não pode ocorrer somente nos países em desenvolvimento, resultando na transferência das reservas de petróleo e gás para o uso pelos países desenvolvidos. A transição energética deve passar necessariamente pelo aumento da soberania nacional sobre as reservas de petróleo e gás.

Aqui no RS tivemos as boas notícias da reativação do Pólo Naval de Rio Grande, do início da transformação da Refinaria Riograndense em biorrefinaria, do início da exploração da bacia sedimentar de Pelotas. Ainda precisamos que venha a ampliação do parque de HDT da Refap. Entretanto, não há ainda nenhuma discussão com os sindicatos e sociedade civil e mesmo esses projetos carecem de garantias para que ocorra o desenvolvimento regional do nosso estado.

A Petrobrás retomou seu papel de estabilidade de preços dos combustíveis no país, mas ainda é preciso fazer mais. Retomar as refinarias privatizadas, investir no refino já com foco na transição e retomar os braços de distribuição, como a Liquigás e a BR Distribuidora são essenciais para que a empresa cumpra efetivamente seu papel social e que seja garantido que as políticas efetuadas alcancem a população.



Categoria petroleira

O avanço positivo que vimos na contratação de mais trabalhadores e na relação com a gestão da Petrobrás teve uma mudança com a entrada da nova presidente na empresa. O discurso de contenção de gastos começa a aparecer nas falas dos diretores e conselheiros já teve impacto nas atuais negociações e com certeza afetará o ACT em setembro. A categoria terá que se preparar para enfrentar essa dificuldade com sua energia e capacidade de luta já conhecida.

Temos que destacar o acordo judicial feito no âmbito da ação do O&M que determina o número mínimo em várias áreas da refinaria entre outras questões, fruto de um longo processo de negociação. Agora precisamos fiscalizar o cumprimento das cláusulas acordadas.

Neste ano que passou tivemos dois fatos importantes sobre as terceirizadas, o primeiro foi a assinatura pelo Sindipetro ACT dos trabalhadores da Cross & Freitas que prestam serviços na unidade do Coque na Refap e o segundo foi a construção e assinatura de um ACT para outras prestadoras da refinaria, envolvendo o STICC e os Sindimetalúrgicos de Canoas. ACT esse que serve de balizamento para os próximos contratos e prevê vários avanços.

Por fim, apesar dos esforços das representações sindicais, a questão do Plano Petros do Sistema Petrobrás e seus PEDs não obteve avanço significativo. Mas o processo continua nas negociações junto a Previc, órgão de fiscalização dos planos.

Propostas:

1. Seminário sobre geopolítica internacional para entender as mudanças em curso
2. Apoiar e participar ativamente do Plebiscito Popular no 2 semestre.
3. Continuar com a campanha para atrair novos investimentos da Petrobrás para o RS
4. Manter a vigilância sobre os prazos do acordo de O&M
5. Continuar a pressão para resolver o problema dos PEDs do PPSP
6. Intensificar as lutas pela retomada do braço de distribuição e demais setores que foram alvo da privatária bolsonarista.
7. Ampliar a representação e organização junto aos trabalhadores terceirizados.



8. Participar no debate da transição energética, para garantir que ela seja inclusiva com as mulheres, justa com as categorias trabalhadoras envolvidas e com as comunidades afetadas.